

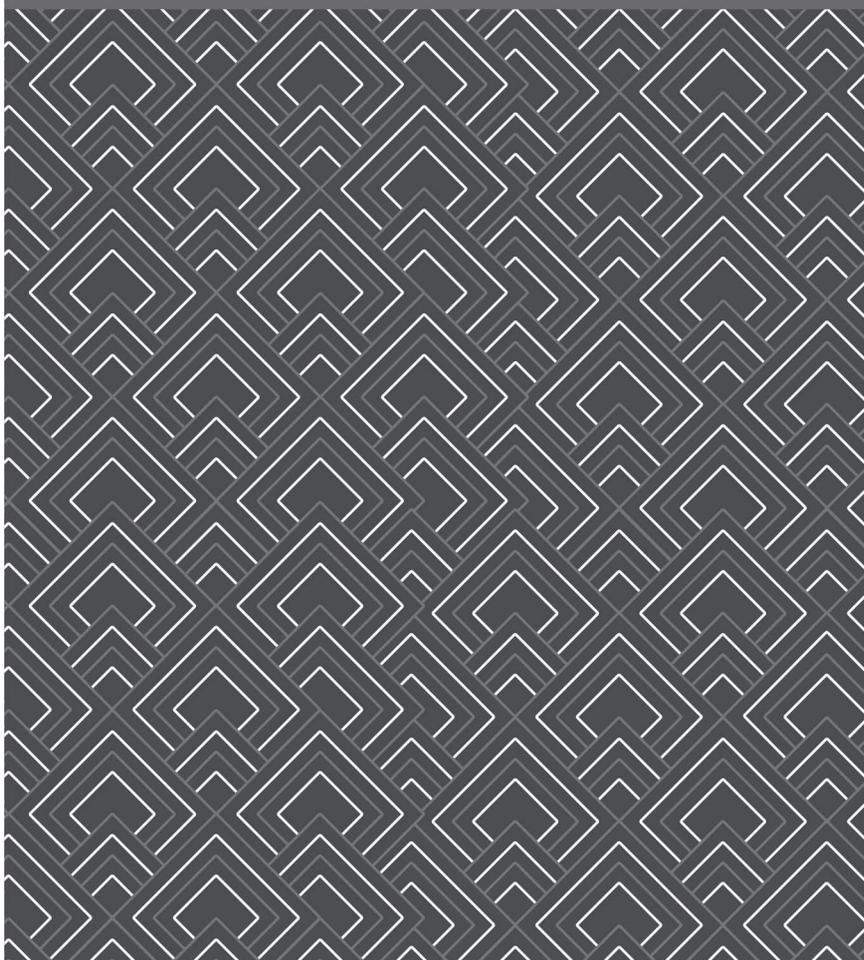
Biotecnologias, transformações corporais e subjetivas: saberes, práticas e desigualdades

ORG. FABÍOLA ROHDEN, CHIARA PUSSETTI E ALEJANDRA ROCA

ABA PUBLICAÇÕES

Bioteχνologias, transformações corporais e subjetivas: saberes, práticas e desigualdades

DOI livro - 10.48006/978-65-5973-030-8-1



**COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS
CIENTÍFICOS ABA – CELCA**

Coordenador: Carlos Alberto Steil (UFRGS)

Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Bernardo Fonseca Machado (Unicamp)
Nathanael Araújo da Silva (Unicamp)
Rodrigo Toniol (UFRJ)
Tânia Welter (UFSC)

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Zhouri (UFMG)
Antonio Augusto
Arantes Neto (Unicamp)
Carla Costa Teixeira (UnB)
Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)
Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)
Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)
Fabio Mura (UFPB)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)
Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)
María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)
Maristela de Paula Andrade (UFMA)
Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)
Patrícia Melo Sampaio (Ufam)
Ruben George Oliven (UFRGS)
Wilson Trajano Filho (UnB)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ANTROPOLOGIA**

Presidente

Patrícia Birman (UERJ)

Vice-Presidente

Cornelia Eckert (UFRGS)

Secretaria Geral

Carla Costa Teixeira (UnB)

Secretaria Adjunta

Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Tesoureira

Andrea de Souza Lobo (UnB)

Tesoureiro Adjunto

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Diretor

Fabio Mura (UFPB)

Diretora

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA)

Diretor

João Frederico Rickli (UFPR)

Diretora

Luciana de Oliveira Dias (UFG)

www.portal.abant.or.br

UNB - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa norte Prédio do ICS - Instituto de Ciências Sociais Térreo - Sala AT-41/29 - Brasília/DF CEP: 70910-900

ABA PUBLICAÇÕES

Biotecnologias, transformações corporais e subjetivas: saberes, práticas e desigualdades

ORG. FABIOLA ROHDEN, CHIARA PUSSETTI E ALEJANDRA ROCA

ABA PUBLICAÇÕES

Brasília
2021

Copyright ©, 2021 dos autores

Organização

Fabíola Rohden, Chiara Pussetti,
Alejandra Roca

Coordenação Editorial

Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão

Angélica Mello

Diagramação

Osmair Pereira

Capa

Fabíola de Carvalho Leite Peres

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B616 Biotecnologias, transformações corporais e subjetivas : saberes, práticas e desigualdades [recurso eletrônico] / Organização Fabíola Rohden, Chiara Pussetti, Alejandra Roca. — Brasília, DF : ABA Publicações, 2021. 362 p. : il.

Coordenação editorial: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGAS/UFRGS.

ISBN: 978-65-5973-030-8

1. Antropología. I. Rohden, Fabíola. II. Pussetti, Chiara. III. Roca, Alejandra.

DOI livro - 10.48006/978-65-5973-030-8-1

CDD 300

Catálogo na publicação: Aline da Silva Argenta – CRB 10/1725

INTRODUÇÃO: TRANSFORMAÇÕES E IMPACTOS DOS PROCESSOS DE BIOMEDICALIZAÇÃO DA VIDA

Fabíola Rohden
Chiara Pussetti
Alejandra Roca

Esta coletânea apresenta 12 trabalhos inéditos que discutem o papel das biotecnologias nos processos de produção ou transformação corporal e subjetiva, atualmente, por meio de investigações sediadas no Brasil, em Portugal e na Argentina. É resultado da articulação promovida pela Rede de Investigações Biotecnologias, Saúde Pública e Ciências na Vida que integra pesquisadoras e pesquisadores dedicados/os a investigar a produção e repercussões do conhecimento e práticas biotecnológicas em diversos cenários. O eixo central das discussões gira em torno de como novas possibilidades tecnocientíficas direcionadas ao corpo e estruturadas nas chamadas Ciências da Vida traduzem uma série de tensões características das sociedades contemporâneas. Uma das mais fundamentais, a partir das contribuições aqui propostas, talvez seja entre o foco no aprimoramento individual ou na saúde coletiva. Esta tensão pode ser associada ao próprio processo de medicalização da sociedade, transcorrido ao longo do século XX e que se caracteriza, sobretudo, pela transformação de condições antes consideradas “normais” do decorrer da vida (como envelhecimento, gestação, puberdade) em objetos de intervenção pela Medicina (Conrad, 2007). Mais recentemente, o desenvolvimento de novas biotecnologias tem provocado uma certa inflexão neste cenário e produzido contornos particulares, o que tem sido melhor traduzido pelo conceito de biomedicalização.

De acordo com Clarke e colegas (2010), a biomedicalização permite descrever o processo complexo, multissituado e multidirecional no qual a medicalização é redefinida em função das inovações advindas com a Biomedicina Tecnocientífica. Nesse processo, muitas intervenções médicas têm se aproximado da busca pelo aprimoramento individual, conformando uma nova cultura ou “regime de verdade”, centrada

na responsabilização individual. A procura do aprimoramento revela uma ampliação das possibilidades de intervenção para além da manutenção da saúde ou da reparação do corpo, por meio de procedimentos cosméticos, próteses, Medicina Regenerativa, aprimoramento genético, responsabilização pela descendência ou futuro das próximas gerações. O corpo, antes visto como lócus de resistência à intervenção e foco de controle, converte-se cada vez mais em matéria flexível e suscetível de ser transformada e reconfigurada.

Este processo, por um lado, está profundamente condicionado às estruturas científicas e tecnológicas e também à conversão da vida, ou da biologia, em recurso central na Política e na Economia contemporâneas. Termos como biopolítica e bioeconomia expressam aquilo que Rose (2007) tem proposto, ao argumentar que estamos diante do surgimento de uma “ética somática” e de sua articulação com o “espírito do biocapital”. Por outro lado, uma dimensão importante desse processo é o fato de que nem todos/as têm acesso aos mesmos recursos de aprimoramento ou de cuidado com a saúde, indicando como a biomedicalização pode recriar ou reforçar as estruturas de desigualdade existentes, aprofundando estratificações em termos de classe, gênero e raça, dentre outras.

Os capítulos aqui agregados constituem investimentos etnográficos e analíticos originais em cenários nos quais as tensões acerca de saúde e aprimoramento são reveladoras também do privilégio dado ao investimento individual em contraste com a ênfase na dimensão social ou coletiva, evidenciando, igualmente, os condicionantes econômicos e políticos em cena e a (re)produção de assimetrias sociais. Também expressam como isso se traduz em situações que vão desde a própria produção do conhecimento científico e suas diferentes formas de divulgação até a produção de intervenções concretas como meios de diagnóstico e variados tipos de tratamento (cirurgias, próteses, medicamentos, cosméticos).

No que se refere aos temas ou objetos, mais especificamente, este volume contempla os seguintes eixos: a) análises da produção do conhecimento (Neurociências, reprodução assistida, células tronco, hormônios, doenças); b) análises envolvendo a produção de tecnologias de diagnóstico (testes genéticos pré-natais, padrões anatômicos e estéticos, hormônios); c) análises das práticas de intervenção corporal e tratamen-

tos clínicos (cirurgias, uso de cosméticos, próteses de silicone, seleção genética, medicamentos). Cabe ressaltar que, em todas estas dimensões e casos, há um profundo condicionamento imposto pelos marcadores sociais da diferença, o que se discute por meio de distintas perspectivas.

Além disso, em termos das contribuições mais gerais, pode-se destacar que, de um lado, estes trabalhos ilustram as novas biotecnologias sendo usadas como formas de aprimoramento e performance, além de representarem promessas de futuro, especialmente quando consideramos as pretensões de intervenção genética, por exemplo; de outro, evidenciam o que poderíamos traduzir em termos de “resistências” a esta promessa de futuro e de corpos “perfeitos”. Casos de doenças como a hanseníase ou condições congênitas como as fissuras labiopalatinas indicam a precariedade das tecnologias médicas diante do enfrentamento de certos “antigos problemas”. Por meio da apresentação de casos etnográficos variados, de estudos inovadores (em termos de objetos e métodos de pesquisa) e do aprofundamento teórico e analítico das discussões propostas, esperamos que este livro possa trazer contribuições inovadoras e relevantes no campo dos Estudos Sobre Corpo, Saúde e Tecnociências, assim como oferecer às/aos profissionais de diversas áreas de atuação um suporte para refletirem sobre suas práticas.

Embora reconheçamos que os eixos do conhecimento, diagnóstico e práticas de intervenção atravessem transversalmente todos os trabalhos, cabe sinalizar algumas ênfases que nos parecem importantes. No eixo da produção do conhecimento ou de saberes ligados às Biotecnologias, destacamos que as análises focam tanto artigos científicos e práticas de laboratório como também variados processos de transmissão ou divulgação. Dessa forma, evidenciam as intrincadas conexões ou a coprodução (Jasanoff, 2004) entre a Ciência e a Sociedade ou, como diria Fleck (2010) em estudo pioneiro e marcante no campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, revelam o impacto das protoideias pré-científicas na conformação do pensamento e da prática científica e nas interfaces entre o conhecimento esotérico (especializado) e o exotérico (que circula em ambiente leigos ou mais amplos).

Os trabalhos sobre o uso de justificativas neurocientíficas para tratar dos efeitos da gestação e maternidade (Russo e Nucci), sobre a

ausência do uso de sangue menstrual em pesquisas científicas para a obtenção de células mesenquimais (Manica e Pereira), acerca das técnicas de preservação da fertilidade (Allebrandt), relativo aos testes genéticos pré-implantacionais (Freitas), sobre o uso de bloqueadores da puberdade (Rustoyburu), sobre as cirurgias estéticas íntimas (Rohden e Cavalheiro) tratam, de formas diversas, ora de como as pesquisas científicas são produzidas, ora de como seus resultados circulam em variados ambientes.

No que se refere ao eixo da produção de tecnologias de diagnóstico, temos também um conjunto significativo de exemplos etnográficos que abarcam tanto situações nas quais as biotecnologias de identificação e mapeamento de alguma condição ocorrem no ambiente pretensamente mais controlado do laboratório, ou mesmo do hospital, até os casos que se referem diretamente aos processos de autodiagnóstico e mesmo de questionamento dos diagnósticos médicos “oficiais”. Se a chancela do diagnóstico, por um lado, continua importante para o estabelecimento da legitimidade e entendimento de uma série de condições, por outro, especialmente com a abertura de múltiplos canais de informação, sobretudo ancorados na internet, o conhecimento biomédico torna-se também um terreno de disputas. Dentro deste leque variado de exemplos, podemos citar como ilustrativos os testes empregados nas tecnologias de *screening* pré-natal (Freitas) e fertilidade (Allebrandt), os debates sobre tecnologias de diagnóstico e a percepção de mulheres - mães de crianças autistas - (Lo Bosco e De Luca), os marcadores hormonais associados a sexo/gênero (Rustoyburu), os modelos anatômicos estéticos (Rohden e Cavalheiro; Pussetti e Pires; Silva), os padrões funcionais referentes às fissuras labiopalatinas (Schimitt), os marcadores cognitivos e neuronais (Russo e Nucci), a existência de novas enfermidades como a doença do silicone (Silva), além dos parâmetros tecnocientíficos (como a contagem de bacilos) e marcadores diferenciais (por raça), adotados para produzir diagnósticos e terapêuticas (Maricato; Muniz).

Em termos do eixo das práticas de intervenção corporal e tratamentos clínicos, os trabalhos aqui apresentados também reportam variadas possibilidades. O cenário contemporâneo tem oferecido uma grande gama de biotecnologias que permitem transformações em

âmbitos muito diversos da vida humana, se considerarmos desde a genética embrionária até as práticas cirúrgicas, por exemplo. E estas intervenções, assim como a produção de conhecimento e a formulação de diagnósticos, estão amparadas e refletem normas, valores e disputas mais gerais na sociedade. Nessa linha, podemos citar os capítulos que enfatizam procedimentos cirúrgicos e seus resultados (Rohden e Cavaleiro; Silva; Schimitt), intervenções cosméticas de vários tipos (Pussetti e Pires), uso de medicamentos (Rustoyburu; Maricato), seleção genética (Freitas) e preservação de gametas (Allebrandt) como também as discussões sobre os efeitos da raça nas práticas em saúde (Muniz).

Além dessas várias chaves de leitura, que representam apenas enquadramentos muito precários diante da riqueza dos trabalhos, cabe ainda fazer referência a uma percepção mais geral que o conjunto dos trabalhos nos oferece. Se postos lado a lado, alguns dos procedimentos de escrutínio e tratamento analisados mostram uma intensa pretensão de aprimoramento individual e controle de condições tomadas como desfavoráveis ao bem-estar ou à realização de projetos de satisfação individual. Desde o campo da Genética e da Fertilidade ao da Estética e da reparação de efeitos da idade, alinhava-se a expectativa de um futuro sem doenças, sem contornos corporais considerados desagradáveis ou indesejáveis. As biotecnologias aparecem aí como o horizonte de recursos de intervenção e também de produção de novos desejos e possibilidades de transformação.

Contudo, se também trazemos à tona as situações nas quais corpos e pessoas destoam ou agem diferentemente dos padrões hegemonicamente esperados, temos uma outra percepção. A falta de controle sobre as pesquisas genéticas, sobre as gestações *in vitro*, sobre a concepção e o futuro de uma criança diferente dos padrões esperados, sobre as próteses de silicone, sobre os resultados das cirurgias estéticas e reparadoras, sobre uma doença que insiste em voltar, sobre o envelhecimento, enfim, sobre a vida, revelam a precariedade das tentativas de planejamento de um futuro sem muitas surpresas ou “falhas”. Mostram também, em algumas situações em particular, que as desigualdades articuladas a gênero, raça, classe e à valorização da juventude e do desempenho delimitam e constroem essas possibilidades de futuro, seja pelo acesso

às Biotecnologias, seja por aquilo que é permitido desejar, já que os padrões de perfeição continuam sendo construídos em uma direção muito circunscrita e pouco afeita à diversidade da existência humana.

Na sequência, faremos uma breve apresentação dos capítulos, no intuito de convidar à leitura e à apreciação das distintas contribuições que compõem este volume. Esperamos que a percepção dos contrastes e similaridades entre as diferentes análises etnográficas seja produtiva para o debate contemporâneo acerca de velhas e novas biotecnologias.

Apresentação dos capítulos

Esta coletânea se inicia com o capítulo “Dando à luz a um novo cérebro? Discursos científicos e leigos sobre mudanças cerebrais na gestação e na maternidade”, de Jane Russo e Marina Nucci. O trabalho tem como ponto de partida anedotas sobre a diminuição de capacidades cognitivas de mulheres grávidas e puérperas, frequentes em postagens nas redes sociais e que podem ser resumidas no uso de termos como “gestonta” ou “mommybrain”. Como as postagens fazem referência constante às Neurociências, as autoras investigam também artigos referentes a mudanças cerebrais na gravidez, problematizando as noções de maternidade e gênero acionadas. Discutem a relação possível entre a noção de “gestonta” e os ideais de maternidade apresentados com o “mito do amor materno”, buscando analisar como (e se) as pesquisas neurocientíficas dão sustentação a tais ideais.

As conclusões das autoras caminham na direção de demonstrar que as concepções totalizantes de maternidade que se tornam comum atualmente passam a ser sustentadas por justificativas advindas da Neurociência. Em um contexto impactado pelos ideários do movimento feminista, a ênfase no cuidado dos filhos em detrimento da atenção a si própria necessitaria de uma explicação que retoma certos imperativos da natureza. Porém, isso só é possível na medida em que se pode reivindicar os novos registros biotecnológicos oferecidos pela linguagem neurocientífica. Desta forma, seria o novo conhecimento sobre o cérebro e suas determinações sobre corpos e sujeitos/as que orientariam esta inédita forma de idealização da maternidade.

A relação entre a produção do conhecimento científico e os mar-

cadores de gênero, particularmente atinentes ao corpo feminino, expressa-se de uma outra forma no trabalho “Células-tronco adultas, potências condicionadas e biotecnologias de transformação”, de Daniela Tonelli Manica e Brunno Souza Toledo Pereira. O texto resulta de uma investigação sobre o uso de sangue menstrual em pesquisas científicas para a obtenção de células mesenquimais. Retiradas de tecidos adultos do corpo, as células mesenquimais demonstraram ter uma capacidade plástica de diferenciação ou multipotência. A discussão feita no texto está ancorada nas controvérsias sobre o uso de embriões em pesquisas e terapias e a passagem para a utilização de células adultas com o mesmo fim, por meio do seu “retorno” a um estágio anterior de indiferenciação, resgatando sua “pluripotência”, ou capacidade de transformação em células de tecidos diferentes. Tem como foco dois livros de divulgação sobre células-tronco produzidos por cientistas e entrevistas com a autora e o autor das obras, além de material publicado na mídia. Por meio da análise a respeito de como as células mesenquimais são representadas nesses textos, Manica e Pereira discutem a inexistência de menção ao uso do sangue menstrual nessas referências.

Esta análise se torna ainda mais pertinente quando se consideram os impasses e polêmicas trazidos à tona pela utilização de células tronco em pesquisa científica. Levando em conta as potencialidades já demonstradas pelas células mesenquimais, torna-se difícil entender por que não estariam sendo mais utilizadas. Uma das grandes contribuições do trabalho é exatamente propor um conjunto de indagações, ofertadas também às/aos cientistas, a respeito da não utilização de uma fonte de material para pesquisa que poderia ser de acesso relativamente fácil e com boas condições de uso em laboratório. A ausência ou não lugar do sangue menstrual chama a atenção, mais uma vez, para os possíveis estrangimentos relativos à interposição do gênero sobre as investigações científicas e novas possibilidades tecnológicas.

As contingências das pesquisas científicas de laboratório frente às expectativas de futuro, por um lado, e aos limites das práticas biotecnológicas, por outro, são o objeto da investigação de Janaína Freitas. O capítulo “Designer babies não são futurísticos, eles já estão aqui”: os testes genéticos pré-implantacionais e o futuro como prática situa-

da de materialização” trata da emergência de novas biotecnologias que têm permitido uma série de intervenções corporais, que vão desde o diagnóstico precoce de patologias até possibilidades de aprimoramento físico e subjetivo, impondo novos desafios éticos, práticos e analíticos à contemporaneidade. Como mostra a autora, essas técnicas têm suscitado reações sobre os seus possíveis efeitos “futuros”, muito concentradas em narrativas que acionam categorias como medo/esperança, natureza/cultura, perverso/milagroso.

Por meio da análise do material de divulgação midiática nacional e internacional dos últimos dois anos sobre o diagnóstico pré-implantacional, busca compreender como o teste é materializado no contexto da “Ciência Popular”. E conclui que, a partir do advento dos testes genéticos pré-implantacionais realizados em embriões, é possível reconhecer o surgimento de novos modos de materialização do “futuro” propiciados por essas técnicas, especialmente relativos à deficiência, raça, sexo, gênero e classe. Um dos argumentos principais de Freitas refere-se ao fato de que o esforço por traçar uma linha entre “doenças” propriamente ditas e as chamadas “condições/características não médicas” acaba orientando o debate ético sobre as controvérsias que permeiam o teste. Ao mesmo tempo, clínicas e cientistas continuam a propor e utilizar determinadas técnicas que são, ou que podem ser utilizadas, segundo eles, para garantir um futuro no qual se possam evitar embriões cujas características genético-cromossômicas não se adequem às normas vigentes nas escolhas preferenciais.

O universo das biotecnologias de concepção e reprodução também é analisado, mas sob diferentes ângulos, no trabalho “Quem precisa preservar a fertilidade? Gênero, tecnologia e mercado na Reprodução Assistida”, de Débora Allebrandt. Neste caso, o foco é a preservação da fertilidade e os condicionantes das práticas de intervenção, sobretudo, no que se refere a gênero e idade. A autora também se volta para como a preservação da fertilidade tem se tornado um dos campos de atuação da reprodução assistida que mais têm recebido atenção e *marketing*, transformando esta prática em uma valiosa mercadoria para as incertezas do futuro. Mostra como esse mercado de congelamento de óvulos está orientado majoritariamente para mulheres “independentes” e cujas

“carreiras” levam a adiar o “sonho” da maternidade. Sua análise parte da própria noção de preservação da fertilidade e das etapas do desenvolvimento tecnológico que permitiram o congelamento de óvulos, por meio da discussão crítica a partir de conceitos como economização da vida, biovalor, trabalho clínico e criopolítica. O material empírico central provém de duas campanhas da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida.

A transição entre as evidências científicas e a publicização de técnicas de gerenciamento e controle da fertilidade e da reprodução também são aqui discutidas. No que se refere aos processos de intervenção biotecnológica propriamente ditos, destaca os impactos dos tratamentos hormonais que visam produzir gametas para preservar a fertilidade, assim como a utilização de hormônios sexuais como contraceptivos e seu enquadramento nos debates sobre direitos sexuais e biopolítica. O que se destaca como um novo horizonte em cena é quase uma obrigação moral imposta às mulheres, no sentido de se preocuparem e tomarem as providências necessárias para garantir a possibilidade futura de reprodução, principalmente diante da enfática determinação de que o “envelhecimento” de seus óvulos e, portanto, a perda de seu valor, começaria muito cedo.

O trabalho de Maria Concetta Lo Bosco e Francesca De Luca, “Olhar para dentro: Obstetrícia, tecnologias de diagnóstico e o corpo das mulheres grávidas em Portugal”, dialoga com várias das questões apresentadas até aqui. Por um lado, preocupa-se com as determinações morais e médicas referentes aos cuidados que mulheres grávidas e mães devem ter em relação às tentativas de controle acerca da saúde e bem-estar de seus filhos. Por outro, evidencia as tensões explicitadas pelas mães de crianças autistas frente à incapacidade do conhecimento médico-científico em oferecer subsídios que pudessem ter ajudado, especialmente em um possível diagnóstico que permitisse auxiliar na compreensão do processo e nos cuidados a serem oferecidos.

O capítulo é resultado da articulação entre dois investimentos etnográficos realizados pelas autoras, sobre tecnologias de diagnóstico e corpos de mulheres grávidas em Portugal. O primeiro se ancora em entrevistas com profissionais da saúde materno-infantil e recupera uma

genealogia da “ciência obstétrica” portuguesa que, na narrativa médica, é entrelaçada ao desenvolvimento da imagiologia e da biologia molecular nos anos 80. O segundo se concentra na interlocução com mães de crianças diagnosticadas com autismo e na maneira pela qual constroem uma narrativa da própria gestação a partir da inexistência de tecnologias de diagnóstico pré-natal desta condição. Para as mães, esta falta, sobretudo diante de tantos avanços nas tecnologias biomédicas contemporâneas, é considerada uma falha do saber médico, mas também, segundo as autoras, uma possível forma de resistência às práticas eugênicas.

Os dilemas colocados pelo desenvolvimento de possibilidades de diagnóstico e intervenção face às normas sociais vigentes e diante do respeito à existência da diversidade, em outro contexto, é abordado pelo trabalho de Cecilia Rustoyburu. O capítulo intitulado “Pubertades trans: controversias en torno de los usos de tecnologías hormonales en niñxs no binarixs, en Argentina” aborda as polêmicas em torno da utilização de antagonistas de GNRH (hormônio liberador de gonadotrofina), enquanto bloqueadores da puberdade, em crianças e adolescentes com identidades trans e não binárias. A Associação Profissional Mundial para a Saúde Transgênero (WPATH) indica este tipo de tratamento hormonal como uma ferramenta para realizar intervenções físicas reversíveis em adolescentes transgêneros, com a justificativa de que poderiam adiar certas transformações corporais. Isso permitiria que adolescentes pudessem explorar sua variabilidade de gênero, facilitando a transição, ao impedir o desenvolvimento de características sexuais de sexo biológico que seriam difíceis de reverter posteriormente. Contudo, esta possibilidade é alvo de intensas controvérsias, envolvendo, inclusive, o pouco conhecimento acerca dos efeitos de longo prazo associados a este tipo de tratamento.

De acordo com a autora, os discursos sobre o agenciamento de antagonistas que suspendem o aparecimento de características sexuais lidas como feminino e masculino materializam-se de diversas formas. Pode ser nas prescrições, diretrizes e protocolos, em artigos científicos, nos discursos de profissionais de saúde e nas experiências das pessoas e famílias envolvidas. A análise de materiais que se referem a essas distintas fontes e dimensões do debate permitiu um entendimento apro-

fundado das complexidades implicadas. Nessa ótica, os hormônios não são soluções simples. Longe disso, tornam-se biotecnologias em intensa disputa e dependentes de normas binárias, inclusive quando se trata de pensá-los nas experiências de pessoas trans.

A imposição de marcas binárias de gênero nos corpos aparece também, de outra forma, no capítulo “Esculpindo corpos e criando normalidades: as cirurgias estéticas íntimas na produção científica da cirurgia plástica”, de Fabíola Rohden e Camila Silveira Cavalheiro. Embora, neste caso, o foco central sejam transformações corporais em mulheres cisgênero, também se nota o imperativo das distinções binárias, sobretudo anatômicas, que determinam as necessidades de readequação aos padrões considerados ideais ou mesmo aceitáveis. Este trabalho parte da constatação do expressivo crescimento, nos últimos anos, do número das chamadas “cirurgias íntimas” no Brasil, país onde mais se realiza este tipo de intervenção. Também conhecida como *design vaginal*, ou cirurgia estética genital, engloba uma série de procedimentos distintos, dentre os quais se destaca a labioplastia, ninfoplastia ou redução dos pequenos lábios vaginais. O trabalho partiu do objetivo de investigar como a produção científica do campo da cirurgia plástica sustentaria tal prática e seu expressivo crescimento. Por meio da análise dos artigos publicados sobre o tema na Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, apresenta os argumentos e o padrão estético que está sendo redefinido e aplicado nos corpos femininos.

O vocabulário utilizado pelos/as médicos/as, assim como as imagens de antes e depois, acrescentadas em todos os artigos, reforçam a produção de uma classificação que distingue corpos ideais e desejáveis daqueles apresentados como problemáticos. Também denotam uma ideia de passagem, promovida pelas cirurgias, entre o que é apresentado como anormal, desproporcional, exagerado e, em uma palavra, diverso, para a produção de um padrão único de genitálias redesenhadas. A variação de formatos e tamanhos (e mesmo cores) é suprimida em prol de um modelo único que, quanto mais uniforme, mais demonstraria, inclusive, a maestria do/a profissional que fez a intervenção. As imagens e descrições produzem, efetivamente, um padrão idealizado por meio de biotecnologias de classificação e intervenção, que vai sendo materializa-

do nos corpos (e mentes) como um novo normal a ser buscado. Assim, percebe-se uma lógica circular na qual o ideal prescrito pelos/as médicos/as é substancializado em novos desenhos anatômicos, retratados em descrições e imagens que, por sua vez, passam a inspirar novos desejos de “perfeição” ou ajustamento, profundamente associados a marcadores de gênero, sexualidade, geração e etnia.

Este desejo de perfeição estética associada a padrões de beleza e juventude, e imposto de maneira absolutamente distinta no que se refere ao gênero, também pode ser visto no trabalho de Chiara Pussetti e Isabel Pires, intitulado “‘Envelhecer hoje, é uma escolha’. Responsabilidades, obrigações e promessas de juventude eterna”. As autoras partem do contexto de crescimento no consumo de produtos e de procedimentos cosméticos destinados ao rejuvenescimento na última década em Portugal. Salientam que o leque de ofertas não só ficou mais amplo como também os próprios tratamentos foram se tornando menos invasivos, mais baratos e acessíveis. Dessa forma, criou-se um mercado dirigido a reparar, revitalizar, restaurar, devolver e conservar a juventude das mulheres como parte de práticas mais amplas de saúde, bem-estar, cuidado e valorização pessoal.

O capítulo está baseado em estratégias metodológicas diversas e que permitiram a produção de um conjunto singular de achados etnográficos. Por meio de observação participante, pesquisa etnográfica realizada na Internet, autoetnografia e entrevistas aprofundadas com profissionais e consumidoras da indústria do antienvelhecimento em Lisboa, as autoras analisam as múltiplas formas através das quais as mulheres respondem às pressões sociais que impõem ideais inatingíveis de beleza e juventude eternas. É possível notar ainda de que forma os conhecimentos tidos como inovadores, assim como os próprios produtos e instrumentos, vão sendo também incorporados neste processo que evidencia os usos das biotecnologias em nosso cotidiano, o que vem acompanhado por todo um enquadramento de velhas e novas normas e moralidades.

Já no capítulo “Das clínicas de cirurgia plástica aos grupos online: escolher e testemunhar em novas configurações tecnológicas”, de autoria de Jéssica Brandt da Silva, temos acrescentada uma nova faceta

envolvendo os processos de aprimoramento corporal via recursos médico-estéticos. Trata-se da experiência de mulheres que fizeram ou fazem uso de próteses de silicone nos seios e que passam a enquadrar esta experiência por meio da ótica da rejeição pessoal e da doença corporal. Em alguns casos, uma nova categoria de diagnóstico, a doença do silicone, tem sido adotada, de modo a ressignificar as trajetórias individuais. O trabalho tem como ponto de partida os depoimentos em um grupo brasileiro no Facebook cujo tema é a doença do silicone, além de entrevistas com nove mulheres que implantaram silicone e se arrependeram, e também com um cirurgião plástico. Em particular, três casos são apresentados com mais profundidade, possibilitando ressaltar dois aspectos fundamentais. O primeiro se refere às condições nas quais as decisões por fazer cirurgias plásticas podem ser tomadas e, o segundo, à divulgação do testemunho sobre as transformações corporais e sobre o possível adoecimento decorrente destas.

A autora aciona as categorias de escolha e testemunho para tentar dar conta das narrativas construídas por essas mulheres. A opção, principalmente no momento da decisão por fazer os implantes, torna-se necessariamente problematizada e se recoloca de outra forma na etapa mais recente, em que se discute a sua retirada. Já o testemunho é importante para oferecer um entendimento da relevância, na vida dessas mulheres, da necessidade de tornar público o seu sofrimento, buscando uma possibilidade de reenquadramento das suas experiências com as cirurgias. O material apresenta uma situação bastante original para se pensar a respeito das tensões entre saúde e adoecimento, assim como estética e aprimoramento por meio das biotecnologias.

O impacto das intervenções cirúrgicas na vida das pessoas pode ser visto ainda no trabalho de Marcelle Schmitt “Interstícios do rosto: as fissuras labiopalatinas e as intervenções cirúrgicas de reparação”. Neste caso, os dilemas em torno das necessidades de intervenção e da expectativa dos resultados ganham contornos distintos, na medida em que se trata da possibilidade de restauração da face, em uma condição congênita atrelada mais diretamente à possibilidade de sofrimento físico e psicológico. Como nos informa a autora, a fissura labiopalatina é uma malformação congênita que ocorre durante a 4ª e a 12ª semana de

gestação. O tratamento, composto prioritariamente por cirurgias plásticas, algumas delas realizadas quando as crianças têm ainda poucos meses, muitas vezes se estende ao longo da vida adulta, relacionando-se profundamente às formas como o rosto e as próprias fissuras se conformam.

O capítulo está ancorado empiricamente nos relatos de duas pessoas nascidas com fendas no lábio e no palato e no depoimento de um cirurgião plástico especializado neste tipo de intervenção. Por meio da noção de resiliência e da ideia de face tentacular, que se se expande pelo corpo, a autora discute o papel e a centralidade das cirurgias no tratamento das fissuras labiopalatinas e em como estes procedimentos se relacionam à centralidade dada à face em nossa sociedade. Para além dos aspectos envolvendo a normalização facial ou o estabelecimento dos padrões de como um rosto deveria ser, o trabalho ressalta as diferentes formas por meio das quais os sujeitos envolvidos narram as suas experiências a partir das intervenções cirúrgicas e outras tecnologias de administração de suas condições e reconfiguração corporal. E ressalta os efeitos que a precariedade de acesso aos tratamentos podem ter nas trajetórias dos afetados, apontado para os incontornáveis impactos possíveis que as desigualdades sociais teriam nesses casos.

Este cenário, no qual não só o acesso às biotecnologias, mas também a maneira pela qual a produção do conhecimento e de intervenções é condicionada por diferenças e desigualdades, em temporalidades variadas, fica também evidente nos dois trabalhos que encerram esta coletânea. No capítulo “Fábulas do fim: classificações e consequências no campo da saúde”, Gláucia Maricato analisa as concepções envolvidas no tratamento biomédico da hanseníase e demonstra como as materializações e as temporalidades referidas à doença são bastante distintas, quando se contraste as definições científicas e as consequências nas vidas concretas das pessoas. O trabalho baseia-se em uma longa pesquisa etnográfica multissituada que pode descortinar as várias dimensões envolvidas no tratamento biomédico da hanseníase e seu enredamento nas políticas de controle da doença.

De forma mais específica, a autora analisa os elementos heterogêneos e os processos de classificação que participam da ordenação dos

sujeitos em “pacientes em tratamento” e “pacientes curados”. A ideia de cura aqui advém da concepção e prática biomédica que se centra na avaliação da presença do bacilo responsável pela doença. Contudo, um/a paciente oficialmente curado pode continuar a ter que lidar anos a fio com o marcante sofrimento, atrelado não somente à experiência de adoecimento em si mesma, mas também a todas as consequências que as desigualdades sociais impuseram, a começar pelas dificuldades de acesso aos tratamentos e equipamentos de suporte que poderiam ajudar a ter uma vida mais viável. O trabalho revela, desse modo, um contraste intenso entre as perspectivas sobre a doença que embasam o conhecimento e intervenções biomédicas e aquelas dos/as pacientes.

E, finalmente, o trabalho de Tatiane Pereira Muniz, “De corpos universais a corpos refratários: branquitude e efeitos raciais das tecnologias biomédicas”, acrescenta a necessidade evidente de problematizarmos o caráter pretensamente universal da Ciência e das intervenções biomédicas, considerando os efeitos da raça. Seu argumento é o de que o ideal regulatório racial é o parâmetro branco, sempre tomado como universal. As intervenções médicas empregam como referência de normalidade exatamente as respostas da população branca aos parâmetros e procedimentos adotados. Sendo assim, as demais populações, em função de não responderem ou responderem de modo diferente em relação ao esperado, são consideradas desviantes no tocante a uma certa expectativa de normalidade, ou mesmo refratárias a determinadas intervenções. Por meio de exemplos atinentes a certas taxas de referência que atestariam condições de saúde e doença, e mesmo à calibragem dos artefatos médicos, utilizando-se também das narrativas de pesquisadores/as e profissionais de saúde, a autora discute os impactos da não explicitação dessas normas implícitas. E aponta que problematizar esses padrões poderia significar não só um aumento no volume de trabalho como também uma desestabilização de algo que está posto e que garante algum tipo de certeza a esses/as profissionais.

Em termos mais gerais, conforme Muniz, enquanto a raça é, em um primeiro movimento, rechaçada no campo biomédico enquanto categoria que não tem sentido para a prática em saúde, na realidade concreta, torna-se incontornável. Ou seja, consiste em uma presença-

-ausente que perpassa tanto as produções tecno-científicas quanto as atividades clínicas. A raça figura, assim, enquanto um efeito aparentemente inesperado das tecnologias biomédicas quando estas se revelam orientadas por um ideal branco que toma os corpos como universais. Porém, quando essas tecnologias são acionadas na prática para alcançar “outros corpos” (não brancos), rotulados como refratários à intervenção biotecnológica, suas limitações e fragilidades ficam evidentes.

As situações e argumentos oferecidos por este e outros capítulos tornam cada vez mais explícitos os impactos das contingências e constrangimentos associados às desigualdades históricas de raça, gênero e classe social, entre outras, tanto na produção do conhecimento biomédico quanto na sua tradução em tecnologias de intervenção. Do ponto de vista das contribuições possíveis do conhecimento antropológico acerca de tais processos, desejamos que as análises empreendidas nesta coletânea ofereçam possibilidades de compreensão das complexidades envolvidas em tais situações que possam, por sua vez, ajudar a conceber alternativas que levem em conta diferentes perspectivas e engajamentos menos desiguais e mais justos na produção, acessos e usos de novas biotecnologias.

Por fim, gostaríamos de mencionar que esta coletânea é resultado da interlocução entre grupos e projetos de pesquisa de diferentes instituições que integram a Rede de Investigações Biotecnologias, Saúde Pública e Ciências na Vida: o Grupo Ciências na Vida e o projeto “Novas formas de circulação de conhecimento e de acesso a tecnologias biomédicas: cenários contemporâneos para transformações corporais e subjetivas”, coordenado por Fabíola Rohden (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), o projeto “EXCEL: the pursuit of excellence. Biotechnologies, enhancement and body capital in Portugal” (PTDC/SOC-ANT/30572/2017), coordenado por Chiara Pussetti (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa) e “Tecnología identidad y política: de la intervención tecnológica en los cuerpos a las políticas públicas en Ciencia y Tecnología. Sujetos, instituciones y saberes” (Programa de Antropología y Salud, Instituto de Ciencias Antropológicas, FFYL; Universidad de Buenos Aires), coordenado por Alejandra Roca.

Estas articulações vêm constituindo, ao longo dos anos, uma rede importante de debates sobre o tema, em eventos como a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), a Reunião da Associação Portuguesa de Antropologia (APA), a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e a Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (REACT). Neste volume, contamos com a participação de integrantes (pesquisadoras docentes e estudantes) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade de Lisboa, da Universidade de Buenos Aires, da Universidade de Mar del Plata, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade de Campinas e da Universidade Federal de Alagoas.

Gostaríamos de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e aos/às organizadores/as da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul pelo apoio e pelos recursos empregados na edição deste volume, bem como a todos/as os/as colegas envolvidos/as. Agradecemos também a Angélica Mello, pela revisão de texto, e a Camila Cavalheiro, pela contribuição no processo de preparação dos originais.

Referências

CLARKE, A. E.; SHIM, J.; MAMO, L.; FOSKET, J.; FISHMAN, J. (Eds.). *Biomedicalization: Technoscience and Transformations of Health and Illness in the U.S.* Durham: Duke University Press, 2010.

CONRAD, Peter. *Medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders.* Baltimore: The Johns Hopkins Univ. Press, 2007.

FLECK, L. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico.* Belo Horizonte: Fabrefactum. 2010.

JASANOFF, S. *States of knowledge: the co-production of science and social order.* New York: Routledge, 2004.

ROSE, N. *The politics of life itself: biomedicine, power, subjectivity in the twenty-first century.* Princeton: Princeton University Press, 2007.